



## Veto a reajuste do Judiciário volta à pauta do Congresso amanhã



Jonas Pereira/Agência Senado - 22/9/2015

Na sessão marcada para as 11h30, também podem ser analisados outros seis itens, como a correção das aposentadorias e pensões pela mesma regra do salário mínimo

Entre os vetos incluídos na relação, seis ficaram sem análise na sessão da semana passada. Na lista há, por exemplo, o veto à possibilidade de professores deduzirem do IR gastos com livros; o que mantém inalterada a taxa sobre terrenos de marinha; o que trata dos débitos de entidades esportivas; e o relacionado a dívidas entre entes federativos. O mais polêmico barra o reajuste de até 78,56% do Judiciário. Um novo veto diz respeito a regras para apreensão de veículos. **3**

Na sessão da terça-feira passada, os congressistas mantiveram 26 dos 32 vetos presidenciais que estavam relacionados e 6 não foram votados

### PEC da Instituição Fiscal está na pauta do Plenário

Duas propostas da Agenda Brasil estão na pauta do Senado desta semana. A PEC que cria a Instituição Fiscal Independente está pronta para votação em primeiro turno e a que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública está na terceira sessão de discussão. **3**

### Colocar voo em risco deve passar a ter punição rígida

O passageiro que colocar em risco a segurança do voo deve passar a ser punido com severidade. O objetivo da medida, proposta pelos especialistas que elaboram o anteprojeto do novo Código Brasileiro de Aeronáutica, é desestimular situações como tumultos, uso de cigarros e agressões. **7**

**Comissão mista vota projeto sobre contratos da Chesf 4**

### Sindicalistas criticam proposta para o pré-sal

Diminuir a participação da Petrobras na exploração da camada pré-sal prejudicará saúde e educação, segundo sindicalistas que participaram de debate na Comissão de Direitos Humanos. José Serra, autor do projeto, garantiu que o texto não mexe no conteúdo nacional, apenas torna facultativa a participação da estatal. **5**

Em audiência conduzida por Paulo Paim (3º à mesa), José Serra (4º à mesa) explica o projeto a sindicalistas



Pedro França/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### Jogar lixo na rua pode virar motivo de multa

A cobrança de multa de quem jogar lixo em via pública pode ser adotada em todo o país, segundo projeto em pauta amanhã na Comissão de Meio Ambiente. A CMA também deve analisar proposta que obriga hospitais e clínicas privados a disponibilizar tabela de preços de serviços e materiais. **2**

Projeto que regulamenta forma correta de descartar lixo adota multa já estabelecida por algumas leis municipais

### Plano visa reduzir 5% ao ano os homicídios 6

### Texto tira da União monopólio do urânio 3

### Aposentadoria: novo cálculo em análise 4

### Debate avalia indicador de desemprego 5

#### especial Cidadania

### Passagem para a Amazônia é mais cara do que para os EUA

Neste mês, o Senado fez duas audiências sobre o preço exorbitante dos bilhetes para a Região Norte. A viagem Brasília-Macapá-Brasília sai por R\$ 2.668. Brasília-Nova York-Brasília fica em R\$ 1.185. Saiba como encontrar passagens mais baratas. **8**

Aeroporto de Santarém, no Pará: governo federal estuda regulamentação de lei que subsidia passagens de voos regionais



Rodrigo Cruzatti

Projeto na pauta da Comissão de Meio Ambiente prevê a multa em todos os municípios e no DF, como já ocorre no Rio. Para o relator, Jorge Viana, medida contribuirá para educação da sociedade

## Multa para quem jogar lixo na rua pode ser adotada

A COBRANÇA DE multa de quem jogar lixo em via pública, já adotada em algumas cidades, como o Rio, pode passar a valer em todos os municípios e no Distrito Federal. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 523/2013, que está na pauta de amanhã da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O projeto modifica a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) para explicitar a proibição de descarte irregular de lixo em via pública e determinar que os municípios e o DF devem fixar multas para quem descumprir a regra, além de regulamentar a forma correta de descarte de resíduos sólidos.

O relator na CMA, Jorge Viana (PT-AC), deu voto favorável à proposta, apresentada pelo ex-senador Pedro Taques. Para Viana, “sanções pecuniárias

ainda são ações pedagógicas e preventivas necessárias para evitar condutas indesejadas”. Ele considera que o projeto contribuirá para educar a população sobre o correto descarte dos resíduos sólidos.

A matéria será votada em decisão terminativa na CMA.

### Hospitais

Também está na agenda substitutivo ao PLS 92/2014, que obriga hospitais e clínicas privados a disponibilizar tabela com os preços de serviços, consultas, terapias, exames, procedimentos e medicamentos.

A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), mudou o texto original, do ex-senador Jayme Campos, para determinar que a regra se restringe à assistência ambulatorial, diagnósticos, terapias e atendimento odon-

tológico, mas não se aplica a atendimento de emergência e não é extensiva a atendimentos realizados pelo SUS ou custeados por plano privado de assistência à saúde.

A pauta da CMA, com 13 itens, inclui ainda o PLS 445/2015, que obriga dono de supermercado a higienizar carrinhos disponibilizados a clientes e obriga dono de lan houses a manter limpos mouses de computadores usados pelos clientes. A regra pode ser incluída no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), conforme prevê o projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ), e não será restrita a esses dois tipos de objetos, alcançando todos os equipamentos e utensílios disponibilizados ao consumidor no fornecimento de um produto ou serviço.



Texto, além de proibir descarte irregular nas ruas, determina a regulamentação da forma correta de livrar-se do lixo

## Projeto limita teste de cosmético em animais

Proposta que restringe o uso de animais em testes na indústria de cosméticos, higiene pessoal e perfume está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Conforme o projeto (PLC 70/2014), os testes só serão admitidos em produtos com ingredientes que tenham efeitos desconhecidos no ser humano e caso não haja outra técnica capaz de comprovar a segurança das substâncias. A proposta original baniu qualquer uso de animal na indústria cosmética, o que não foi aceito pelo governo, segundo o autor do projeto, deputado Ricardo Izar (PSD-SP).

O PLC 70/2014 tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 438/2013, de autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO), e o PLS 45/2014,

de Alvaro Dias (PSDB-PR).

Relator na CCT, Cristovam Buarque (PDT-DF) reduziu de cinco para três anos o prazo para que sejam feitos testes com produtos desconhecidos em animais após o reconhecimento da técnica alternativa (sem animais) capaz de comprovar que o produto ou ingrediente é seguro para uso humano. A mudança foi sugerida por cidadãos por meio da Ouvidoria do Senado.

Entre outros pontos, o projeto veda a reutilização do mesmo animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto de pesquisa. O texto determina ainda que vários procedimentos traumáticos poderão ser realizados num mesmo animal, desde que todos sejam executados durante a vigência de um único anestésico e que o animal seja

sacrificado antes de recobrar a consciência.

Cristovam lembra que a utilização de animais em testes de produtos cosméticos foi abolida pela União Europeia, pela Índia, por Israel e pelo Canadá. A UE, inclusive, não aceita a importação de produtos cosméticos que utilizem, para o seu desenvolvimento, testes em animais.

“As três proposições não apenas cumprem o princípio ético de evitar maus-tratos a outras formas de vida decorrentes do teste de cosméticos como também ajudam a promover as exportações brasileiras para a União Europeia”, argumenta o senador, que opta pela aprovação do PLC 70/2014, por ser a proposta mais antiga.

Outros 52 itens estão na pauta da CCT.

## Bezerra pede “blindagem” para políticas sociais

“As políticas sociais precisam ser blindadas contra a crise”, alertou Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), temendo que os avanços sociais sejam prejudicados pelos cortes de gastos que o Executivo precisa fazer por causa da crise.

O senador se preocupa sobretudo com os riscos que correm os centros de referência especializados em assistência social, conhecidos como Creas. Bezerra disse que o Ministério do Desenvolvimento Social tem tido dificuldades para repassar o dinheiro para a manutenção dos Creas, prejudicando Pernambuco, onde 7 dos 13 centros existentes deverão ser fechados.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Paim elogia encíclica sobre meio ambiente

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem esperar que a encíclica *Laudato Si — sobre o cuidado da casa comum*, divulgada pelo papa Francisco, ajude nas discussões sobre a crise ambiental. O senador lembrou que o documento alerta para o fato de o modelo atual de crescimento e consumo ter criado pobreza, desigualdade e destruição do meio ambiente.

Paim ressaltou que a encíclica visa influenciar as negociações sobre a redução das emissões de carbono, tema a ser tratado na 21ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-21), em dezembro, em Paris.

— A encíclica enfatiza a necessidade do diálogo entre política e economia, entre religiões e ciências.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CCT Certidões eletrônicas**  
9h Na pauta com 53 itens, o PLS 83/2014, que disciplina o requerimento e a emissão de certidões eletrônicas, e o PLC 70/2014, que veda a utilização de animais em estudos.
- CMA Educação ambiental**  
9h30 O PLC 105/2014, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, e o PLS 174/2014, que isenta do IPI automóveis elétricos ou híbridos movidos a etanol, constam da pauta.
- CAE Movimento Brasil Eficiente**  
10h Audiência pública interativa para ouvir proposta do Movimento Brasil Eficiente para a superação das dificuldades fiscais enfrentadas pelo país, debater a atual estrutura da dívida pública e propostas para melhoria da gestão.
- CE Acessibilidade no cinema**  
11h Entre 14 itens, comissão analisa o PLS 122/2011, que trata da adaptação de obras cinematográficas para pessoas com deficiência auditiva ou visual.
- CMO Audiência com Nelson Barbosa**  
14h A Comissão Mista de Orçamento faz audiência pública com a participação do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa.
- PLENÁRIO Pauta trancada**  
14h Trancam a pauta 2 MPs: a 679/2015, que permite o uso de imóveis da União e garante fornecimento de energia nas Olimpíadas, e a 681/2015, que amplia limite do crédito consignado para incluir despesas com cartão de crédito.

- VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Web**  
14h A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher promove audiência pública interativa sobre o PL 5.555/2015, que combate condutas ofensivas contra a mulher na internet. Após, análise de requerimentos.
- CPI DO FUTEBOL Federações**  
14h30 Audiência pública interativa com os presidentes das federações de Futebol do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.
- ASSASSINATO DE JOVENS Reunião**  
14h30 A CPI que investiga o assassinato de jovens analisa requerimento.
- CE Desemprego**  
14h30 Audiência pública interativa para debater critérios e metodologias de cálculo do desemprego no Brasil..
- MP 691/2015 Nelson Barbosa**  
14h30 Audiência pública interativa com o ministro do Planejamento, entre outros, sobre MP que trata da transferência da gestão de imóveis da União.
- MP 677/2015 Relatório**  
14h30 Comissão responsável pela MP, que autoriza a Companhia Hidrelétrica do São Francisco a participar do Fundo de Energia do Nordeste, avalia relatório.
- PRESIDÊNCIA Paulo Skaf**  
15h Renan Calheiros recebe o presidente da Fiesp; às 15h30, reunião de líderes; e às 16h, ordem do dia.
- MP 678/2015 Contratações**  
15h Comissão que analisa a MP, que institui o regime diferenciado de contratações públicas, aprecia relatório.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211  
**Acompanhe:** • **Portal e-Cidadania:** [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Congresso retoma análise de vetos amanhã

O polêmico reajuste para os servidores do Judiciário e a correção das aposentarias e das pensões pela mesma regra do salário mínimo estão entre os sete vetos em pauta

O CONGRESSO VOLTA a se reunir amanhã, às 11h30, para finalizar a análise dos vetos presidenciais, iniciada na semana passada. Estão na pauta seis vetos cujo exame não foi concluído na sessão do dia 22 e um veto novo. A pauta inclui ainda três projetos de lei que, por terem origem em comissões mistas (formadas por deputados e senadores), também são submetidos à análise dos parlamentares em sessões conjuntas.

O item mais polêmico é o veto ao reajuste salarial do Poder Judiciário (VET 26). A presidente Dilma Rousseff rejeitou integralmente a proposta de aumento de até 78,56% para os servidores, com a justificativa de que geraria impacto financeiro “contrário aos esforços necessários ao equilíbrio fiscal”. Estima-se que o reajuste custaria R\$ 27,5 bilhões aos cofres públicos nos próximos quatro anos e, depois disso, mais de R\$ 10 bilhões por ano.

Desde julho, quando o au-

mento foi vetado, servidores do Judiciário protestam em frente ao Congresso pela derrubada do veto. Além disso, os funcionários da Justiça Federal estão em greve desde junho, como parte da campanha pela obtenção do reajuste. Segundo lideranças do movimento, os servidores do Judiciário estão sem aumento há nove anos.

Outro veto de grande repercussão que deve ser avaliado é o que diz respeito ao reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. Ao sancionar a Lei 13.152/2015, que prorroga até 2019 a atual política de valorização do salário mínimo, Dilma vetou a extensão da fórmula de correção às aposentadorias e pensões (VET 29).

Dessa forma, aposentados e pensionistas que recebem mais de um salário mínimo continuarão contando apenas com a reposição da inflação, sem nenhum ganho real. Na justificativa do veto, a presidente afirma que a vinculação entre o salário mínimo e os



Em frente ao Congresso, servidores do Judiciário fazem manifestação pela derrubada do veto ao aumento de até 78,56%

benefícios pagos pela Previdência violaria a Constituição.

## Destaques

Também está na lista um destaque (VET 25) sobre alterações no Imposto de Renda (IR). O trecho destacado veta a possibilidade de professores deduzirem do IR valores gastos com a compra de livros. O benefício seria estendido aos dependentes. A justificativa do veto é que o dispositivo implicaria renúncia de arre-

cação, além de apresentar inadequação ao não estimar o impacto e as compensações financeiras da medida.

Ainda aguardam votação outros três vetos. Um deles (VET 21) mantém inalterados dispositivos legais da Lei 13.139/2015, que trata da taxação de terrenos de marinha — áreas costeiras de propriedade da União. O Congresso havia decidido reduzir os custos dos contribuintes com taxas e multas relativas a direitos

patrimoniais do governo federal, mas o Executivo optou pelo veto parcial invocando a necessidade impedir “significativa perda de receitas, sem a indicação das devidas medidas compensatórias”.

Outro veto (VET 31) foi aplicado sobre vários trechos da Lei 13.155/2015, que refinancia as dívidas fiscais e trabalhistas de clubes de futebol e entidades esportivas. Conforme o Executivo, era preciso vetar tais dispositivos para evitar renúncia de arrecadação e garantir segurança jurídica. Também será examinado veto (VET 33) a projeto que modificou a Lei Complementar 151/2015, alterando regras de contratos de refinanciamento de dívidas entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Além disso, entrou na pauta um veto novo (VET 37). Ele impede a revogação de artigo do Código de Trânsito Brasileiro que estabelece as normas para apreensão de veículos. Sem esse dispositivo, diz a presidente, a pena de apreensão não poderia ser aplicada.

## Projetos sobre Aerus, Carf e restos a pagar são os próximos na pauta

Após os vetos, o Congresso tem três projetos de lei para votar. Um deles é o PLN 2/2015, que destina R\$ 368,26 milhões para pagamento de benefícios aos cerca de 10 mil aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social — o fundo de pensão dos ex-empregados das empresas Varig e Transbrasil.

A dívida é decorrente de uma execução provisória requerida pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas e pela Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil em 2004.

Os recursos necessários à abertura

do crédito serão cobertos pelo superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.

Já o PLN 3/2015 cria uma gratificação para os representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (Carf). O valor apresentado no projeto para cobertura da despesa com a gratificação dos conselheiros é de R\$ 5.662.640.

De acordo com o governo, a gratificação vai profissionalizar a atividade de julgador do Carf e evitar que os advogados que atuam em favor dos contribuintes infrinjam o Estatuto da Advocacia. A

norma proíbe conselheiros de órgãos colegiados da administração pública de praticar a profissão.

Completando a pauta, o PLN 4/2015 possibilita o uso dos restos a pagar decorrentes de anos anteriores a 2014 para emendas individuais, no cumprimento da execução financeira referente ao orçamento impositivo, ou seja, à obrigação de execução de todas as emendas parlamentares. Atualmente, os restos a pagar de emendas parlamentares individuais de 2014 e anos anteriores somam R\$ 5,96 bilhões. A proposta altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015.

## Plenário pode votar Instituição Fiscal Independente



Duas propostas de emenda à Constituição que integram a Agenda Brasil estão na pauta do Plenário desta semana. A PEC 83/2015, que cria a Instituição Fiscal Independente (IFI) para acompanhar os gastos públicos, está pronta para votação em primeiro turno. Já a PEC 24/2012, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, está na terceira sessão de discussão, mas tem calendário especial de tramitação, o que pode acelerar a votação.

Os textos integram a lista de mais de 80 proposições reunidas por sugestão do presidente do Senado, Renan Calheiros, para ajudar a retomar o cres-

cimento econômico. As duas PECs poderão ser votadas apesar de a pauta estar trancada por medidas provisórias.

De iniciativa do próprio Renan, a proposta que cria a Instituição Fiscal Independente estabelece que o órgão será auxiliar do Legislativo, com função de acompanhar gastos e endividamentos públicos, além de calcular o impacto de todo projeto de lei que crie custos para o governo.

A PEC do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, de João Capiberibe (PSB-AP), visa aprimorar as atividades de segurança pública nos estados. Os recursos do fundo destinam-se a aparelhamento, remuneração, capacitação e integração dos órgãos de segurança pública

dos entes da Federação.

Também poderá ser votada em primeiro turno a PEC 104/2007, que passa a considerar a prestação de serviço militar por mais de dois anos como título em concurso público para polícia militar e corpo de bombeiros. Depois de aprovadas, as propostas precisam passar por mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno.

O líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), afirmou que a PEC da Instituição Fiscal Independente tem acordo para aprovação e que é preciso acelerar a análise das propostas:

— Há uma série de projetos na Agenda Brasil que precisamos dar velocidade na tramitação para que o Senado dê uma resposta à sociedade.

## PEC quebra monopólio estatal sobre minérios nucleares

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 53/2014, que quebra o monopólio estatal sobre os minerais e minérios nucleares, espera a indicação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Apresentada pela Comissão de Infraestrutura (CI), a iniciativa integra a Agenda Brasil — conjunto de propostas com objetivo de estimular o crescimento do país.

A meta é estimular os setores de mineração e de energia nuclear com a entrada de capitais privados, uma vez que, apesar das reservas já conhecidas (sétima maior do mundo) serem suficientes para atender o programa nuclear brasileiro e até sobra-

rem para exportação, o Brasil segue importando urânio.

A justificativa da PEC aponta que apenas um quarto do território já foi prospectado em busca de urânio e que o atual nível de exploração do mineral não atende o mercado interno. A participação de empresas nacionais ou estrangeiras é vedada pela Constituição, que dá à União exclusividade para pesquisar, explorar e comercializar esses minerais e minérios nucleares e desenvolvê-los de modo a extrair energia.

As fases de pesquisa, exploração e comércio seriam concedidas a empresas privadas, mas o desenvolvimento de energia nuclear seguiria sob controle da União.

Medida provisória que amplia o prazo do fornecimento da companhia para grandes consumidores de energia foi criticada por deputado e defendida pelo governo em debate ontem

# Renovação de contratos da Chesf pode ser votada

O DEPUTADO FABIO Garcia (PSB-MT) criticou ontem a falta de debate na comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória (MP) 677/2015, que promove alterações no setor elétrico e pode ser votada hoje.

A principal mudança proposta na MP é permitir que a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) renove contratos de fornecimento de energia com indústrias do Nordeste, todas grandes consumidoras de eletricidade.

Um dos pontos criticados por Garcia é o fato de os benefícios serem voltados para empresas específicas, em uma só região: o Nordeste.

— A energia elétrica não pesa só para algumas indústrias e alguns setores. Por que não outras empresas? Por que não para outras regiões? — questionou o deputado durante audiência pública.

O debate foi proposto por ele e contou com a participação de representantes do gover-



O senador José Pimentel (3º à esq.) coordenou o debate, que também contou com o senador Ronaldo Caiado (4º à esq.)

no e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Para Garcia, a MP cria um subsídio às empresas que será pago pelos demais consumidores do país. Ele citou a petroquímica Braskem, cujo lucro apurado no segundo trimestre deste ano ficou quase dez vezes acima do ganho verificado um ano antes.

A defesa da MP 677 foi feita pela chefe da assessoria econômica do Ministério de Mi-

nas e Energia, Marisete Dadald Pereira. De acordo com ela, a MP vai beneficiar empresas que já possuem uma relação contratual longa com a Chesf, que atua, no caso delas, como geradora e distribuidora.

Além disso, segundo a assessora, a prorrogação dos contratos numa situação mais favorável estimula a manutenção do parque industrial de uma região com grande necessidade de emprego e renda.

A energia da Chesf corresponde a 40% do custo das empresas beneficiadas.

O diretor de Programas da assessoria econômica do ministério, Igor Walter, disse que a saída encontrada pelo governo atendeu uma demanda do Congresso. Ele citou medidas provisórias que já tramitaram no Parlamento e que receberam emendas para prorrogar contratos das eletrointensivas nordestinas.

Fabio Garcia criticou o fato de a MP criar o Fundo de Energia do Nordeste (FEN), para financiar projetos de geração de energia elétrica naquela região (com mínimo de 50% dos recursos) e nas demais. Marisete Dadald defendeu o FEN. Segundo ela, o fundo vai se reverter em investimento em segurança elétrica.

## Celg

Também ontem a comissão mista debateu a situação da Companhia Energética de Goiás (Celg). O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) propôs duas emendas à medida provisória para reduzir a dívida da Celg com Itaipu e manter a companhia sob controle do governo estadual.

Uma delas determina que o dólar atrelado à dívida com Itaipu deve ser o mesmo de setembro de 2010. Em outra, o senador especifica que, em caso de venda da companhia, o dinheiro seja ressarcido aos contribuintes.

## Barbosa fala sobre venda de imóveis da União

A comissão mista da Medida Provisória 691/2015, sobre a venda de imóveis da União, faz audiências nesta semana com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e prefeitos das principais capitais. O objetivo é reunir informações sobre administração, alienação e transferência de gestão de imóveis da União.

A medida autoriza a União a vender imóveis, incluindo os terrenos de marinha em área urbana de municípios com mais de 100 mil habitantes. A MP, que integra o pacote de ajuste fiscal, visa gerar receita para a União.

Hoje a comissão vai ouvir, além de Barbosa, a secretária de Patrimônio da União, Cassandra Maroni Nunes, e o consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente José Mauro de Lima Almeida, entre outros convidados. Amanhã será a vez dos prefeitos João Alves Filho (Aracaju), Zenaldo Rodrigues Coutinho Junior (Belém), Cesar Souza Junior (Florianópolis), Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra (Fortaleza), Edivaldo Holanda Braga Júnior (São Luís), Geraldo Julio (Recife), ACM Neto (Salvador), Eduardo Paes (Rio de Janeiro) e de outras cidades afetadas.

## Texto altera regras da aposentadoria

O segurado que preencher o requisito para se aposentar por tempo de contribuição poderá optar pela não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria quando a soma de sua idade e de seu tempo de contribuição for igual ou superior a 85 pontos, se mulher, observando o tempo mínimo de contribuição de 30 anos; ou igual ou superior a 95 pontos, se homem, com 35 anos de contribuição. As somas de idade e de tempo de contribuição serão majoradas em um ponto em 2018 (86/96), em 2020 (87/97), em 2022 (88/98), em 2024 (89/99) e em 2026 (90/100), sempre a partir do dia 31 de dezembro de cada um desses anos. A aplicabilidade da fórmula 85/95 será adotada até 31 de dezembro de 2018.

As regras constam do projeto de lei de conversão (PLV) 15/2015, oriundo da Medida Provisória (MP) 676/2015, que cria uma nova fórmula de cálculo da aposentadoria. A MP foi editada pelo governo como alternativa ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2015, vetado em junho pela presidente Dilma Rousseff. A medida perde a validade em 15 de outubro.

O projeto oriundo da MP ainda será votado nos Plenários do Senado e da Câmara, onde poderá sofrer alterações. O relatório da proposta foi aprovado na semana passada na comissão mista encarre-



Omar Aziz (em pé), Donizeti Nogueira (C) e José Pimentel (D) integram comissão

gada de emitir parecer sobre a medida.

De acordo com o texto, o tempo mínimo de contribuição do professor e da professora que comprovarem exclusivamente tempo de efetivo exercício de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio será de, respectivamente, 30 e 25 anos, acrescidos 5 pontos à soma da idade com o tempo de contribuição.

Ao segurado que optar por permanecer em atividade, se mais vantajoso, é assegurado o direito ao cálculo do salário-benefício com base na expectativa de sobrevivência presente na tábua de mortalidade vigente na data de cumprimento dos requisitos necessários à aposentadoria por tempo de contribuição, considerando a idade e o tempo de contribuição no momento de requerimento do benefício.

A MP 676/2015 também altera a legislação que trata

da concessão de pensão por morte e empréstimo consignado, da concessão do seguro-desemprego durante o período de defeso, do regime de previdência complementar de servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e do pagamento de empréstimos realizados por entidades fechadas e abertas de previdência complementar.

De acordo com o projeto, a associação em cooperativa agropecuária ou de crédito rural não descaracteriza a condição de segurado especial. A mesma condição não será assegurada ao membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de exercício de mandato de vereador do município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente, membro de conselho de administração ou fiscal de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais ou de cooperativa de crédito rural.

## José Medeiros defende grandes hidrelétricas

Ao alertar para os constantes colapsos de energia elétrica e para a seca que já atinge o Sudeste, José Medeiros (PPS-MT) defendeu que as usinas hidrelétricas voltem a ser construídas com grandes reservatórios de água.

O senador lembrou que grupos ambientalistas pressionam para que não haja mais esse tipo de reservatório, alegando que essas obras têm contribuído para o desmatamento da Amazônia. Mas, segundo ele, estudos do Ministério de Minas e Energia revelam que, somadas as áreas dos reservatórios das usinas já prontas e em construção na Amazônia, as áreas alagadas seriam de 0,16% de todo o bioma da região. Medeiros disse que os pequenos reservatórios não são capazes de suprir as demandas por energia, o que encarece a produção. Por isso, acha que as pressões dos ambientalistas não passam de discursos ideológicos que não beneficiam ninguém.

— Porque no momento em que o Brasil inteiro está passando por uma crise hídrica, temos que pensar sem colocar a ideologia na frente.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

# Projeto sobre Petrobras e pré-sal recebe crítica

Sindicalistas e engenheiros afirmaram, em audiência, que proposta de José Serra para reduzir participação da estatal na exploração de petróleo tira recursos da área social

A POSSÍVEL REDUÇÃO de recursos do Fundo Social do pré-sal tiraria dinheiro da saúde e da educação, afirmaram sindicalistas que participaram de audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O tema do debate foi o PLS 131/2015, que exige a Petrobras de ser operadora obrigatória de todos os campos do pré-sal e de ter participação mínima de 30% em todas as atividades de exploração e produção de petróleo.

A audiência foi requerida por Paulo Paim (PT-RS). Todos os participantes foram contra a alteração da lei, menos o autor do projeto, José Serra (PSDB-SP).

Na opinião de Sebastião Soares, da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), a proposta é “antinacional”, fere a soberania brasileira e traz riscos graves à função social

dos lucros obtidos com a extração do petróleo na camada do pré-sal, dos quais 50% são destinados à saúde e à educação. Para ele, com a possibilidade de outras empresas atuarem na área, haverá mais abertura para a “exploração predatória” dos campos e para a ocorrência de desastres naturais.

— A Petrobras é talvez a única que tenha o know-how de explorar petróleo abaixo da camada de sal, com menor risco de vazamento e acidentes. Isso exige uma tecnologia avançada e acurada que hoje no mundo só a estatal brasileira detém — defendeu.

## Reserva

O presidente coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, afirmou que a proposta de concessões, que rege a exploração do petróleo do pré-sal, precisa ser mantida, já que a



Representante dos engenheiros da Petrobras, Raul Bergmann fala em audiência presidida pelo senador Paulo Paim (C)

camada pré-sal é distinta. Ele afirmou ainda que a Petrobras não está “falida ou quebrada”, apenas enfrenta os problemas conjunturais do setor, abalado mundialmente. E disse que o governo federal vai injetar mais recursos na empresa para bancar seus projetos.

— Temos que buscar financiar os investimentos da Petrobras, o pré-sal não é um ônus. Quantas empresas queriam ter

uma reserva de 300 bilhões de barris? A sociedade brasileira não pode abrir mão disso.

Flávio Werneck, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), considera ainda que o projeto se vale de uma premissa falsa, de que a Petrobras não teria capacidade de administrar os poços do pré-sal. Para ele, a estatal dispõe de servidores qualificados e de capacidade técnica reconhecida

internacionalmente.

O vice-presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, José Joaquim Marchisio, disse que o Conselho Nacional de Política Energética prevê três integrantes da sociedade que nunca foram nomeados, o que torna o colegiado “chapa branca”.

— A sociedade precisa se apropriar do tema, uso dos recursos do petróleo.

## Para engenheiros, modelo atual deve ser mantido e negócios, aprimorados

Conselheiro da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Raul Bergmann defendeu para o pré-sal o modelo norueguês de exploração de petróleo. Na opinião dele, a legislação deve ser mantida e o ambiente de negócios, aprimorado, com estabilidade e segurança nos marcos regulatórios.

Na Noruega, onde a exploração conta com a participação estatal e parcerias com empresas privadas, houve a formação de um fundo soberano para quando o petróleo acabar. Há estabilidade de regras, neutralidade, elevados impostos sobre o lucro da exploração e uma administração que permite o aumento ou a diminuição do ritmo de exploração dos

campos, conforme os preços internacionais. Com isso, evita-se a venda de óleo em época de pouca rentabilidade.

O vice-presidente da Aepet, Fernando Siqueira, disse que a redução da participação da Petrobras interessa a países desenvolvidos com matriz energética apoiada no petróleo, como os Estados Unidos.

Para Vítor Carvalho, diretor-executivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o regime de partilha no pré-sal e a destinação obrigatória de royalties para saúde e educação são salvaguardas contra o mau uso dos recursos nos municípios.

— Sem controle social, quando cai o preço do barril, a prefeitura não tem planejamento e começa a cortar tudo — disse.

## Serra: proposta tira da empresa o ônus de uma obrigação

O autor do PLS 131/2015, José Serra, rebateu as críticas dos sindicalistas e representantes do setor petroleiro.

O senador disse que o texto não mexe no conteúdo nacional e garante a preferência da Petrobras no pré-sal, apenas torna a participação facultativa. A empresa ficaria livre do ônus da presença obrigatória, por exemplo, quando

não considerar a exploração vantajosa ou não tiver recursos. Pela lei atual, a estatal é obrigada a participar de todos os consórcios de exploração.

— A Petrobras não tem esse dinheiro e não terá por muitos anos, não é só uma conjuntura. Sua dívida em barris é cerca de seis vezes maior que a de outras grandes empresas petroleiras no mundo. Não

há nem a mais remotíssima sombra de possibilidade de o governo federal botar dinheiro na situação em que está. Então o pré-sal fica paralisado.

Segundo Serra, o objetivo do projeto é reativar a produção a partir dos campos de pré-sal, além do que já foi licitado.

O senador afirmou que, se houver redução dos recursos para saúde e educação, será pequena e alertou para o risco de “truques orçamentários com a verba carimbada dos royalties”. Na lei, considerou, o dinheiro que vai do petróleo para a saúde entra na vinculação constitucional, sem aumentar efetivamente o Orçamento. O mesmo pode ocorrer com os recursos da educação, disse Serra, neutralizando o objetivo do fundo, já que não serão recursos suplementares.



Para Serra, o pré-sal está paralisado por falta de dinheiro, e problema vai durar

## Raupp defende mudança na lei sobre exploração do petróleo



Jefferson Rudy/Agência Senado

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que o projeto de José Serra (PSDB-SP) que desobriga a Petrobras de participação na exploração do pré-sal (PLS 131/2015) será bom para o país. O senador afirmou que a conjuntura econômica inviabiliza o investimento, pois o custo da extração pode ficar acima da cotação do petróleo. Em 2010, lembrou, quando a lei que trata do assunto (Lei 2.351/2010) foi sancionada, o preço do barril de petróleo era de US\$ 135 e hoje é de US\$ 48.

— A lei foi votada e aprovada num momento em que o Brasil atravessava um céu de brigadeiro. A Petrobras estava com as finanças em dia e era justo que se lhe atribuisse tal encargo. Mas hoje a situação mudou radicalmente para pior — disse.

Para ele, as investigações da Polícia Federal e os prejuízos causados à estatal dificultam a plena aplicação da legislação atual.

## Novo cálculo do desemprego no país será debatido hoje

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promove hoje às 14h30, audiência pública interativa para debater o novo cálculo do desemprego no Brasil, forma de coleta de dados sobre o mercado

de trabalho adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde março deste ano. O objetivo da discussão é avaliar os critérios e a metodologia do indicador.

O debate é uma iniciativa de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Fátima Bezerra (PT-RN), vice-presidente da CE.

Estarão presentes José Aparecido Carlos Ribeiro, técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Maria das Graças Parente, da Coordenação-Geral de Estatística do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

A audiência contará com serviço de língua brasileira de sinais (Libras) e será realizada na sala 15 da Ala Alexandre Costa.



Discussão da nova forma do IBGE coletar dados foi sugerida por Ataídes e Fátima



Pedro Franco/Agência Senado

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

# Governo explica plano para reduzir homicídios

Para ter resultados, o combate à violência deve envolver toda a sociedade, as instituições e todos os níveis de governo, disseram os participantes de audiência em CPI

O COMBATE À violência precisa envolver o governo e a sociedade civil no Brasil, onde mais de 50 mil pessoas são mortas anualmente, sendo que quase 80% das vítimas são jovens de 16 a 28 anos, disse o assessor da Secretaria Nacional de Segurança Pública Maurício Rasi. Ele representou o Ministério da Justiça na audiência sobre o Plano Nacional de Redução de Homicídios, promovida ontem pela CPI que apura o assassinato de jovens.

Anunciado em julho pelo governo, o plano tem a meta de reduzir em pelo menos 5% por ano a ocorrência de homicídios no país. A iniciativa pretende tirar o Brasil do 7º lugar do índice de assassinatos na América Latina e do 11º no ranking mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

— Os números são aterroizantes: 80% das vítimas são jovens negros e pobres, preteridos de todas as políticas sociais. São encurralados em confrontos com a polícia e saem em desvantagem sem que a sociedade saiba as verdadeiras origens desses confrontos. O plano de combate a homicídios apresenta um amplo diagnóstico a respeito das áreas de maior vulnerabilidade nos territórios da violência — afirmou Rasi.

De acordo com o assessor, em uma primeira etapa do plano, o governo identificou que 78% das mortes ocorrem

em 400 municípios, dos quais 50% concentram a maioria das mortes. Com a integração entre as instituições e setores da sociedade, há chance de redução do número de óbitos em 15% no país em três anos.

Rasi defendeu o controle de armas, responsáveis por 75% dos homicídios no Brasil. A maioria delas deveria ser destruída, mas desaparecem das unidades policiais ou do Poder Judiciário e retornam às mãos da clandestinidade. Ele disse ainda que é preciso mudar a cultura da sociedade em relação ao adolescente.

A representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Solange Xavier, explicou que o plano está presente no Distrito Federal e em 11 estados (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul). Ela disse que, sem a articulação entre os diferentes níveis de governo, poderá ocorrer aumento significativo de adolescentes mortos nos próximos sete anos.

## Linguagem

Representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Haydée Caruso assinalou o desafio e a emergência da extensão do plano de combate a homicídios a todo o país ainda em 2015. Disse ainda que questões ligadas à violência não devem ser relacionadas à



Lidice preside reunião entre Solange Xavier, da Secretaria de Direitos Humanos, e Maurício Rasi, do Ministério da Justiça

redução da maioridade penal e defendeu campanhas voltadas para esclarecimento dos jovens.

— Nossos adolescentes já ficam por demasiado tempo cumprindo medidas educativas. Poucos jovens são ouvidos na sociedade. Parte do que temos que construir é uma linguagem acessível a eles, construída por eles e difundida pelas novas tecnologias, para fugir de um viés repressivo.

Presidente da CPI, Lidice da Mata (PSB-BA) disse que há mobilização da sociedade pelo esclarecimento de crimes e combate à violência.

— A opinião pública cobra, as organizações sociais cobram, o movimento negro cobra. Essa pauta não vai parar de acontecer no Congresso e nem vai se restringir à maioridade penal, apesar de que a violência no Brasil é vendida como de responsabilidade dos jovens — afirmou.

## CPI deve fazer debate em Cuiabá sobre assassinato de jovens em Mato Grosso

O *Mapa da Violência 2015* mostrou um crescimento de 11,4% no número de mortes causadas por disparos de armas de fogo em Mato Grosso em um período de dez anos. José Medeiros (PPS-MT) propôs que a CPI do Assassinato de Jovens faça uma reunião em Cuiabá para investigar a violência no estado.

A comissão parlamentar de inquérito deve analisar o requerimento na reunião de hoje, às 14h30. A ideia é debater com autoridades estaduais as políticas públicas de combate à violência contra jovens.

A pesquisa do *Mapa da Violência* revelou ainda que, em 2012, a taxa de homicídios da população negra no estado foi 81% maior do que a de

brancos. Medeiros defende agilidade no combate a esses crimes “antes que a violência em Mato Grosso se transforme em uma epidemia”.

— Nós ainda não estamos com os piores índices nacionais, mas o objetivo dessa audiência é justamente debater o problema e definir políticas públicas que possam mitigar esse mal que assola o Brasil — afirmou.

O senador sugere que sejam chamados ao debate o secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso, Márcio Frederico de Oliveira Dorilêo; o secretário estadual de Segurança Pública, Mauro Zaque de Jesus; e o comandante do Grupo Especial de Fronteira (Gefron), tenente-coronel Jonildo José de Assis.

## Audiência discute proposta que combate condutas ofensivas à mulher na internet

A Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher promove audiência pública hoje, às 14h, para discutir o Projeto de Lei (PL) 5.555/2013, que cria mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na internet ou em outros meios de comunicação.

Foram convidados para a audiência representantes da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República; da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

de Salvador; da Polícia Civil da Bahia; da SaferNet Brasil; do Programa de Pesquisa e Extensão da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

A comissão mista é presidida pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS) e tem como relatora a deputada Luizianne Lins (PT-CE). A vice-presidente da comissão é a deputada Keiko Ota (PSB-SP).

## Comissão analisa relatório de medida sobre regime de contratações públicas

A comissão mista que analisa a MP 678/2015, que trata da aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) às licitações e contratos de segurança pública, se reúne amanhã para apreciar o relatório final do deputado Jovair Arantes (PTB-GO). Foram apresentadas 72 emendas à medida provisória.

O governo argumenta que a MP visa fornecer mais instrumentos aos entes federativos para otimizar processos licitatórios e contratos necessários à

implantação de suas políticas de segurança. Como exemplo de aplicação do RDC, cita a construção de centros de comando e controle para grandes eventos, cujos padrões divergem de estado para estado. A possibilidade de contratação integrada tornaria o processo de licitação, para o governo, mais simples e direto para a administração.

Preside a comissão o senador José Medeiros (PPS-MT). O deputado Afonso Florence (PT-BA) é o vice e o senador Telmário Mota (PDT-RR), o relator.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Tumulto em avião pode ter pena mais severa

Comissão encarregada de elaborar anteprojeto do novo Código de Aeronáutica considera aumentar punição para passageiro que colocar em risco a segurança do voo

O NOVO CÓDIGO Brasileiro de Aeronáutica poderá ter dispositivo que permite a punição de passageiro que colocar em risco a segurança do voo. Os infratores poderão ser enquadrados em artigos do Código Penal e do Código Civil com grau de severidade suficiente para desestimular situações consideradas corriqueiras, como tumulto causado por pessoa alcoolizada, uso de cigarros nos toaletes e agressões verbais — e mesmo físicas — contra tripulantes e outros passageiros.

O assunto foi tratado ontem em reunião da comissão de especialistas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo código. O debate surgiu na apresentação do relatório preparado pelo comandante José Adriano Castanho Ferreira, que preside o Sindicato Nacional dos Aeronautas. Ele foi responsável pela análise de dispositivos da atual legislação que abordam a composição da tripulação, licenças e certificados para a função de aeronauta e as prerrogativas do comandante.

— É preciso responsabilizar os infratores. O que não pode haver é um passageiro indisciplinado que coloca a vida de outras pessoas em perigo quando se está num ambiente hostil, que não é natural, pressurizado e a mais de 10 mil metros de altitude — reforçou.



Doriello Luiz dos Prazeres (D), presidente da comissão, e Georges de Moura Ferreira, vice-presidente, comandam reunião de trabalho do colegiado

Ele salientou os casos de incêndio causados por tocos de cigarros ainda em brasa jogado nas lixeiras dos toaletes. Segundo Castanho, até chicletes já foram usados para vedar o detector de fumaça e assim acobertar o uso de cigarro dentro dos toaletes.

Como foi lembrado por vários integrantes da comissão, os atos de indisciplina causam prejuízos variados, a exemplo de pousos fora de lugar, para a descida forçada do passageiro indisciplinado, e de atrasos e cancelamentos por causa do tempo perdido pelo comandante para registrar boletim de ocorrência.

Com o objetivo de minimizar os problemas, Castanho tam-

bém sugeriu que, a partir do novo código, o diário de bordo — no qual o nome de cada um dos integrantes da tripulação deverá ser registrado, segundo a proposta — também sirva legalmente como boletim para fins de denúncia das infrações dos passageiros.

— O livro de bordo pode ser usado para essas explicações, desobrigando o comandante de abandonar a aeronave para providenciar o registro da ocorrência — comentou.

## Tripulação

No que diz respeito à composição da tripulação, em termos de nacionalidade, o comandante entende que deva ser constituída exclusivamente

de brasileiros nos voos nacionais. Rejeitou, por exemplo, que uma empresa nacional que tenha acordo operacional com outra estrangeira possa contratar profissionais para voos domésticos segundo regras da legislação do segundo país.

— Quando falamos em país que tem 1,5 mil pilotos expatriados e que tem sido fornecedor de mão de obra para a aviação internacional, não podemos falar de reserva de mercado — argumentou Castanho.

Outro convidado para a reunião da comissão, Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira, mestre em engenharia aeronáutica e mecânica, apresen-

tou relatório sobre os artigos do código que disciplinam o licenciamento e a certificação de projetos e produtos aeronáuticos. Como registro, a prerrogativa de certificação é da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que pode credenciar pessoas físicas e jurídicas com notória especialização para as análises e os testes.

Na opinião do especialista, faltam critérios objetivos para os credenciamentos, não havendo definição de requisitos em lei. Ele defendeu alterações para que o processo seja mais dinâmico, considerando que a indústria aeronáutica, citada como estratégica para o país, acabará sendo beneficiada.

## Vanessa elogia Dilma por discurso na Assembleia Geral da ONU

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a participação da presidente Dilma Rousseff na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Vanessa lembrou que, ao defender a reforma da ONU, a presidente disse ser inaceitável que um organismo que tem hoje quase 200 mem-



broos ainda tenha o Conselho de Segurança formado por 15 países. Ela disse que a presidente

adiantou as metas que o Brasil apresentará na Conferência do Clima, em dezembro. Entre elas, reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 43% até 2030 e investir em energias renováveis.

## Alvaro vê contraste entre o discurso do governo e a realidade do país

O discurso do governo contrasta com a realidade do país, que vive uma “crise monumental”, com retração na economia e aumento da inflação e do desemprego, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR).

Para o senador, os problemas do Brasil não têm origem na crise internacional, e sim no “modelo



de balcão de negócios instalado pelos governos do PT”.

Alvaro condenou a “mistificação” dos partidos da base do governo, que o criticam na propaganda política na televisão, mas continuam sendo beneficiados pelo “loteamento de cargos” e não devolvem os que ocupam.

## Cristovam afirma que chance de impeachment é cada vez maior

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem que está cada dia mais difícil acreditar que Dilma

Rousseff vai terminar o mandato. Para ele, com a crise, a possibilidade de um impeachment da presidente vem aumentando. Segundo o senador, o governo vem administrando a econo-



mia de maneira imprevidente, o que desestabilizou as finanças e fez o país parar de crescer.

— É lamentável, mas eu começo a achar que a gente precisa se preparar para isso. A presidente não parece ter interesse em fazer os gestos que tragam para ela a necessária credibilidade.

## José Agripino diz que crise não tem vínculo com cenário internacional

José Agripino (DEM-RN) analisou a desvalorização do real frente ao dólar e afirmou que o fato se relaciona com o desequilíbrio fiscal, e não com o mercado internacional. Com uma dívida interna em torno de R\$ 2,7 trilhões, o governo só consegue rolar a dívida com juros altos, o que representa pagar



R\$ 500 bilhões ao ano de serviços da dívida, disse.

Esse valor hoje equivale a uma relação da dívida com o PIB de 67%, podendo alcançar aos 80% em 2018. Se chegar a esse patamar, concluiu, “ou os investidores não vão apostar no país ou vão fazer empréstimos ancorados em dólar”.

## Para Elmano Férrer, CGU não deve perder status de ministério

Elmano Férrer (PTB-PI) disse estar espantado com notícias sobre o fim do status de ministério da Controladoria-Geral da União (CGU) e o possível fatiamento e transferência de suas atribuições para outros órgãos da administração pública.

A atuação, frisou o senador, representou



economia bem superior aos R\$ 70 milhões que o governo vai poupar com a vinculação da CGU a outro órgão.

— O impacto que a extinção traria seria a ineficiência — disse, lembrando os resultados da CGU, como a economia de mais de R\$ 14 bilhões desde 2012.

## Reguffe defende controladoria e propõe mandatos fixos para direção

Reguffe (PDT-DF) avaliou que a eventual vinculação da Controladoria-Geral da União à Casa Civil ou ao Ministério da Justiça enfraquece a instituição.

O senador lembrou o papel da CGU na recuperação, nos últimos três anos, de R\$ 14 bilhões desviados



e na demissão de 5 mil agentes públicos envolvidos em irregularidades. Ele propôs mandatos fixos para os diretores do órgão.

— Conferir mandato de dois anos, renováveis por mais dois, é defender a CGU na sua principal atribuição, que é a defesa do contribuinte — disse.

# As passagens aéreas mais caras do Brasil

O Senado fez duas audiências públicas neste mês para cobrar explicações das empresas e do governo sobre as exorbitantes tarifas dos voos para as cidades da Amazônia

Ricardo Westin

VIAJAR PARA A Amazônia é uma aventura. Quando se trata do voo que levará à selva, porém, a palavra “aventura” perde todo o encanto e ganha um significado negativo.

Primeiro, porque o preço das passagens para a Região Norte costuma ser tão alto que em muitos casos é mais barato viajar para o exterior. Depois, porque o número de voos para essa parte do Brasil é baixo, as opções são escassas.

O **Jornal do Senado** orçou tarifas para diversos destinos, considerando os trechos de ida e volta, as mesmas datas e Brasília como ponto de partida. Para Macapá, as passagens mais baratas saem por R\$ 2.668, sem contar a taxa de embarque. Para Rio Branco, R\$ 2.620. Como comparação, para São Paulo, os bilhetes ficam em R\$ 605. Para Nova York, R\$ 1.185.

Afirma o senador Jorge Viana (PT-AC), passageiro dos voos entre Brasília e Rio Branco:

— É vexatório. Fica mais barato morar na Europa ou nos EUA e vir a Brasília toda semana do que morar num estado da Amazônia e voar para cá.

Quem comprar a passagem Brasília-Macapá-Brasília, além de desembolsar R\$ 2.668, terá de enfrentar um périplo. Haverá troca de avião em Belo Horizonte e Belém e a viagem de ida durará o dia inteiro. A partida será às 6h. A chegada, à 1h. Os voos diretos duram menos de três horas, mas eles praticamente inexistem.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que viaja nos fins de semana para Macapá, diz que o preço deixa seu estado isolado do restante do Brasil:

— Muitas pessoas não podem pagar uma tarifa que chega a R\$ 4.500. Se alguém precisar de um serviço médico urgente que não existe no Amapá, estará condenado à morte porque não terá como se tratar em outro estado. Na Amazônia, o transporte aéreo não é luxo. É necessidade básica.

Neste mês, a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) fez duas audiências públicas para tratar do preço dos bilhetes para a Região Norte. Os senadores cobraram soluções das empresas aéreas e autoridades federais.

## Preços tabelados

Até pouco tempo atrás, o preço era tabelado. A tarefa cabia ao extinto Departamento de Aviação Civil (DAC). Num processo iniciado em 2001, as empresas ganharam liberdade para fixar os valores. Isso foi decisivo para estimular a concorrência, baixar as tarifas e elevar o número de passageiros. Até hoje, é o mercado que determina o valor dos bilhetes.

Uma soma de fatores explica o preço das passagens para a Amazônia. A demanda de passageiros e de carga é baixa. A Amazônia tem a menor concentração populacional do país. Enquanto a Região Sudeste tem 87 habitantes por quilômetro quadrado, o índice na Região Norte é de apenas 4.

A localização geográfica, no extremo do Brasil, também prejudica. Existiria mais oferta de voos e as passagens seriam mais baratas se a Amazônia estivesse entre duas regiões importantes do país.

A distância dos grandes centros exige mais querosene para os aviões que voam para

o Norte. O que pesa é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre o combustível. No Amapá, o ICMS é de 25%. No Distrito Federal, 12%. No Maranhão, o imposto em certos casos chega a 7%.

De todas as decolagens registradas no país em 2013, só 8,5% ocorreram na Região Norte.

Para o professor de transporte aéreo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Respicio Espírito Santo, é natural que as passagens para a Região Norte sejam caras.

— Isso acontece no mundo inteiro. Não é uma coisa só do Brasil — diz ele, que integra a comissão de especialistas criada pelo Senado para propor uma reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Para explicar, Espírito Santo faz uma comparação com o estado americano de Montana, na fronteira com o Canadá:

— Montana abriga uma natureza exuberante, mas é um estado remoto e de uma densidade demográfica baixíssima. É como o nosso Amazonas. Os voos são caros e o estado é servido basicamente por empresas aéreas regionais. É assim que a economia de mercado funciona.

No Brasil, a TAM, a Gol, a Azul e a Avianca respondem por quase 100% do mercado. A Avianca não oferece nenhum voo para a Amazônia.

O ministro da Secretaria da Aviação Civil, Eliseu Padilha, afirma que o governo trabalha na regulamentação de uma lei que barateará as passagens dos voos regionais (que têm

## Compare os preços

As passagens aéreas para a Região Norte são mais caras do que para as demais regiões do Brasil e até mesmo do que para outros países. Os preços no mapa abaixo se referem às tarifas mais econômicas e a viagens que são de ida e volta e têm Brasília como ponto de partida. A ida é hoje e a volta é no dia 9



Fonte: decolar.com (em 28 de setembro)

## Quer economizar?

A pedido do **Jornal do Senado**, o site Melhores Destinos ([melhoresdestinos.com.br](http://melhoresdestinos.com.br)), especializado em divulgar promoções de passagens aéreas, elaborou uma lista com 8 dicas para quem quer economizar na hora de comprar os bilhetes

- Acompanhe os preços **diariamente**, pois não existe uma tabela fixa de preços de passagem
- Para ficar informado, utilize sites de **alerta** ou aplicativos de celular. Eles avisam sempre que surge uma nova promoção de passagens
- Compare os preços e os horários dos voos das **diferentes companhias** aéreas nos sites
- Evite comprar as passagens com muita **antecedência**. Geralmente as promoções surgem de 60 a 30 dias antes da data da viagem
- Fique atento às **promoções** das companhias aéreas. Para passagens nacionais, as promoções costumam começar na sexta-feira
- Procure comprar voos em **dias de semana**, pois costumam ser mais baratos, especialmente entre a terça e a quinta-feira
- Sempre que possível, viaje na **baixa temporada**. Os voos mais caros normalmente são aqueles dos meses de janeiro, julho e dezembro e também dos feriados
- Use **milhas**. Concentre seus gastos num cartão de crédito que acumule pontos e permita a troca por milhas nos programas Amigo, Fidelidade, Smiles e TudoAzul. Com eles, você pode obter passagens gratuitamente, pagando apenas a taxa de embarque



Gilberto Silva de Albuquerque

Aviões aguardam passageiros no aeroporto de Marabá, no Pará: ajuste das contas públicas ameaça plano do governo de subsidiar passagens de voos regionais